

ECOLOGIA POLÍTICA DA MINERAÇÃO NA SERRA DO CURRAL: TERRITÓRIOS, DISPUTAS ORGANIZACIONAIS E RESISTÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

Compreendemos que os conflitos que emergem em torno da Serra do Curral extrapolam a dicotomia entre desenvolvimento e preservação. Identificamos disputas políticas, jurídicas, simbólicas e afetivas, que mobilizam diferentes racionalidades e visões de mundo. Para nós, esse território não é apenas uma área de exploração ou uma paisagem a ser contemplada; ela é, sobretudo, um território vivo, habitado por memórias, saberes, resistências e pertencimentos. Entendemos que compreendê-lo exige um olhar que vá além da lógica técnica da gestão ambiental ou da eficiência organizacional.

Neste artigo, propomos uma leitura da Serra do Curral que se distancia das abordagens convencionais da Administração, que costumam considerar os territórios como recursos econômicos ou objetos de gestão técnica. Em contraponto, defendemos que a Serra deve ser compreendida como um espaço de vivência, memória e cultura, um território atravessado por afetos, significados históricos e formas diversas de pertencimento que desafiam a lógica extrativista e a racionalidade instrumental dominante.

Ancorados nos Estudos Organizacionais e na Ecologia Política, buscamos tensionar os modos hegemônicos de pensar a relação entre organização e natureza, evidenciando como esses vínculos são marcados por disputas materiais, simbólicas e políticas sobre os sentidos de desenvolvimento, progresso e vida em comum. Com isso, pretendemos contribuir para ampliar o repertório analítico da Administração, deslocando-a de uma lógica funcionalista para uma abordagem sensível à justiça socioambiental e à pluralidade dos modos de existência.

2 ECOLOGIA POLÍTICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: DESVENDANDO OS CONFLITOS AMBIENTAIS

Aprofundamos a compreensão dos Estudos Organizacionais por meio de uma análise que transcende as perspectivas tradicionais de gestão e eficiência, incorporando a complexidade das interações entre natureza, sociedade e poder. Nesse sentido, entendemos que a Ecologia Política se apresenta como um campo crítico capaz de desvelar as raízes dos conflitos socioambientais e as dinâmicas de poder que os atravessam.

Nessa ampliação analítica, compreendemos os processos que sustentam os modelos de desenvolvimento e como eles se materializam nos territórios. Destacamos o neoextrativismo, que evidencia as lógicas econômicas e políticas que estruturam os conflitos ambientais na América Latina (Gudynas, 2009; Svampa, 2012). Forjado no contexto latino-americano, o neoextrativismo é caracterizado pela expansão das atividades extrativas em grande escala, articuladas ao neoliberalismo, à financeirização da economia e ao fortalecimento do papel do Estado como garantidor da acumulação de capital (Gudynas, 2009; Svampa, 2012). Consideramos que se trata de uma racionalidade política que naturaliza a apropriação intensiva dos bens comuns em nome da modernização e da inserção competitiva no mercado global, impondo pesados custos sociais, territoriais e epistêmicos, ao promover deslocamentos forçados, homogeneização cultural e desqualificação de saberes locais (Zhouri, 2019).

A partir desse contexto, passamos a analisar os conflitos ambientais como disputas assimétricas por poder, território e reconhecimento (Leff, 2001; Acselrad, 2004), situando-os como processos históricos de territorialização e desterritorialização. Com essa lente, evidenciamos o embate entre racionalidades orientadas pela exploração intensiva e projetos enraizados em modos de vida que reconhecem a natureza como entidade relacional (Zhouri; Laschefski, 2010).

Por fim, entendemos que essa perspectiva crítica amplia os horizontes dos Estudos Organizacionais ao integrar dimensões ecológicas, sociais e políticas historicamente marginalizadas. Defendemos que ela demanda processos decisórios mais inclusivos, governança sensível à justiça socioambiental e modos de gestão comprometidos com a reprodução da vida em sua diversidade, desafiando organizações a se posicionarem como atores éticos e políticos, e não apenas econômicos.

3 METODOLOGIA

O nosso objeto de análise é o conjunto de reportagens jornalísticas que abordam o conflito envolvendo a Serra do Curral. O *corpus* empírico foi composto a partir da seleção criteriosa de matérias veiculadas entre março de 2018 e abril de 2025, período no qual o tema ganhou expressiva visibilidade pública e mobilizou uma diversidade de atores sociais. Coletamos as reportagens em veículos jornalísticos reconhecidos pela abrangência e frequência de cobertura, garantindo representatividade e relevância.

Para interpretar esses conflitos, adotamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) como referencial teórico-metodológico. Conforme Fairclough (2001), a ACD ultrapassa o uso instrumental de uma técnica de análise e se constitui como uma teoria social do discurso, capaz de desnaturalizar crenças que sustentam relações de dominação. Entendemos que essa perspectiva permite revelar o conteúdo ideológico dos enunciados e promover a conscientização de que o senso comum é socialmente construído, moldado por tradições e convenções que reproduzem desigualdades. Van Dijk (1999, p. 26) reforça que “a ACD foca na exploração de tal poder e, em particular, no domínio, isto é, nas formas pelas quais o controle do discurso é abusado para controlar as crenças e ações das pessoas no interesse dos grupos dominantes”.

Adotamos a proposta tridimensional de Fairclough (2001, 2005) estrutura a análise em três níveis interdependentes: texto (vocabulário, gramática e coesão), práticas discursivas (produção, distribuição e consumo) e práticas sociais (relações de poder, ideologia e hegemonia). Consideramos, com base em Salles e Dellagnelo (2019), que essa estrutura sustenta uma abordagem sociodiscursiva voltada a explicar fenômenos sociais com base em evidências empíricas de natureza linguística.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA SERRA DO CURRAL: TERRITÓRIO, MEMÓRIA E CONFLITO

Para nós, a Serra do Curral não é apenas um acidente geográfico ao sul de Belo Horizonte. Desde a fundação da capital mineira, no final do século XIX, reconhecemos que ela compõe o imaginário urbano e paisagístico da cidade, marcando sua identidade visual, afetiva e simbólica. Sua silhueta recorta o horizonte belo-horizontino e foi incorporada à bandeira municipal, tornando-se um importante marco de referência coletiva e de memória urbana.

Observamos ao longo do século XX, que o território foi submetido a sucessivas intervenções que o afastaram de seu papel original de paisagem e espaço de vida. Ele tornou-se uma área estratégica para a expansão urbana e, sobretudo, para a exploração mineral. O tombamento da serra pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na década de 1960, reconheceu seu valor cultural e ambiental, mas não conseguiu conter o avanço dos empreendimentos minerários, que se intensificaram nas décadas seguintes.

A partir dos anos 2000, a Serra do Curral entrou em um novo ciclo de conflitos, deixando visíveis as contradições entre projetos de preservação e interesses econômicos. A intensificação do extrativismo em Minas Gerais trouxe à tona a insustentabilidade do modelo minerário vigente, transformando a Serra em um símbolo de disputas: de um lado, a manutenção de um

desenvolvimento baseado na extração de *commodities*; de outro, a busca pela justiça socioambiental.

Entre 2023 e 2024, o conflito se intensificou. Mineradoras como Fleurs Global e Empabro foram acusadas de fraudes em licenciamento e de contar com a conivência de órgãos fiscalizadores. Laudos da Polícia Federal confirmaram crimes ambientais e esquemas de corrupção envolvendo servidores públicos. O Ministério Público Estadual e o Federal moveram ações civis públicas, ampliando a judicialização. Nesse mesmo período, parte da área da Mina de Águas Claras foi cedida pela Vale, em regime de comodato, para ampliar o Parque da Serra do Curral, gesto visto por muitos como tentativa de recomposição simbólica após o desgaste da empresa.

Em 2025, novas denúncias vieram à tona. A Empabro foi acusada de simular ações de recuperação ambiental para manter suas operações ilegais, que já duravam mais de uma década. O Ministério Público Federal buscou na Justiça impedir novos desmatamentos sem autorização do Ibama. A cada novo episódio, a Serra reafirmava-se como espaço de conflito: de um lado, empresas e autoridades que veem o território como jazida e oportunidade de negócio; de outro, coletivos, moradores e instituições que o reconhecem como bem comum, repleto de memória, biodiversidade e pertencimento.

Essa trajetória revela que a Serra do Curral não pode ser vista apenas como objeto de gestão técnica. Ela se configura como um território atravessado por um processo contínuo de desterritorialização, impulsionado por lógicas extrativistas que desconsideram vínculos afetivos, culturais e ecológicos. Ao recorrer à Ecologia Política como lente analítica, buscamos demonstrar que os conflitos não são eventos isolados, mas expressões históricas de projetos de mundo inconciliáveis. Retomar essa cronologia é, portanto, fundamental para darmos densidade histórica à análise e articular os dados empíricos aos marcos teóricos dos Estudos Organizacionais.

4.1 CATEGORIAS ANALÍTICAS

Em nossa análise, evidenciamos cinco categorias que revelam como diferentes atores, desde comunidades locais e movimentos sociais até corporações mineradoras e órgãos públicos, articulam interesses, valores e saberes em disputa pelo território. Os resultados indicam que a mineração ultrapassa o plano econômico ou técnico, configurando-se como arena de poder simbólico, de produção de desigualdades socioespaciais e de mobilização cultural. O mapeamento dessas interações mostrou que a resistência também vai além da contestação material, manifestando-se também em práticas discursivas, artísticas, jurídicas e científicas, que reconfiguram lógicas organizacionais e desafiam narrativas hegemônicas. Entendemos que, para os Estudos Organizacionais (Quadro 1), é necessário compreender as organizações como fenômenos situados, políticos e relacionais, em que território, conhecimento e mobilização social assumem papel central.

Quadro 1: Síntese de resultados e implicações para os Estudos Organizacionais

Categoria	Resultados	Implicações para os Estudos Organizacionais
Territorialização e desterritorialização	A Serra do Curral é simultaneamente patrimônio cultural, recurso econômico e território de vida. A mineração impõe lógica mercantil que transforma bens comuns em mercadorias, enquanto resistências sociais, culturais e jurídicas buscam reposicionar a Serra como território de vida.	Revela que organizações não são sistemas neutros; elas produzem e transformam territórios e relações sociais. Estudos Organizacionais devem considerar territórios como componentes ativos de organizações, incluindo dimensões simbólicas, materiais e políticas.
Injustiça ambiental e desigualdades socioespaciais	Mineração gera impactos socioambientais: poluição do ar e água, riscos à saúde, marginalização de comunidades locais e invisibilização de saberes tradicionais.	A análise organizacional deve incorporar elementos da justiça ambiental e da equidade socioespacial como temas críticos para compreender decisões organizacionais e

	Movimentos sociais e comunitários criam ações de denúncia e propostas de proteção.	estruturas de poder. Conflitos territoriais tornam-se fatores centrais de governança e estratégia.
Instituições, valores e interesses em colisão	Órgãos públicos e empresas mobilizam retórica de progresso e instrumentos legais (TACs, licenciamento) para legitimar a exploração mineral. Captura institucional e ambiguidade regulatória perpetuam danos enquanto simulam legalidade.	Destaca a necessidade de considerar organizações e instituições como arenas de disputa de poder, onde normas, regulamentos e valores podem ser manipulados para favorecer interesses específicos. A governança organizacional é profundamente política.
Poder e resistência	Resistência é multiescalar e articulada por comunidades, artistas, acadêmicos e órgãos públicos que criam uma contra-hegemonia. A luta envolve práticas simbólicas, jurídicas, científicas e culturais que desafiam narrativas dominantes.	Implica que os Estudos Organizacionais devem reconhecer atores emergentes e práticas insurgentes como componentes organizacionais relevantes. Resistência, narrativa e poder simbólico tornam-se dimensões centrais para compreender a dinâmica organizacional e a produção de legitimidade.
Formas de organização e mobilização dos atores envolvidos	Movimentos como “Tira o Pé da Minha Serra”, intervenções artísticas e manifestações públicas ampliaram a visibilidade e articularam alianças entre moradores e pesquisadores.	Evidencia a necessidade de incorporar a cultura, o capital simbólico e a mobilização social como elementos estratégicos dentro da teoria organizacional. Organizações podem ser analisadas como redes sociotécnicas e simbólicas, onde a legitimação e a resistência se articulam.

A partir dessa análise, fica evidente que os conflitos em torno da Serra do Curral transcendem a dimensão ambiental, configurando-se como um espaço de experimentação política e organizacional. As múltiplas formas de resistência contestam a lógica extrativista e apontam para alternativas concretas de gestão territorial, justiça socioambiental e valorização do patrimônio cultural. Esse quadro evidencia que compreender organizações em contextos de conflito exige atenção à interseção entre poder, território e mobilização social. Ao avançar para as considerações finais, é possível refletir sobre como essas lições se estendem para debates mais amplos sobre governança, sustentabilidade e práticas organizacionais, abrindo caminhos para alternativas que valorizem não apenas eficiência econômica, mas também equidade, cuidado e responsabilidade socioambiental.

O estudo demonstrou que a Serra do Curral se constitui em um campo de disputa em múltiplos níveis: o material, com impactos ambientais e riscos à saúde; o simbólico, com batalhas por memória, identidade e direito ao território; e o discursivo, em que narrativas de progresso e utilidade pública entram em choque com epistemologias contra-hegemônicas e cosmologias locais. Autores como Leff (2001), Acselrad (2004, 2010), Svampa (2012; 2019) e Zhouri e Laschefski (2010) mostram que o poder, o conhecimento e as normas se entrelaçam na produção de desigualdades, mas também oferecem pontos de insurgência e transformação. O capital cultural mobilizado por artistas e intelectuais, a atuação crítica de órgãos públicos e acadêmicos, e a resistência comunitária revelam que a luta pela Serra é simultaneamente política, organizacional e civilizatória.

A síntese apresentada reforça que diferentes categorias, valores e interesses em colisão. Cada uma delas evidencia como organizações, movimentos sociais, órgãos estatais e instituições culturais atuam na construção, contestação e redefinição de territórios e práticas sociais. Os resultados indicam que as organizações não são sistemas neutros, mas agentes de produção e destruição territorial, moldados por estruturas de poder, redes de influência e estratégias discursivas, como apontam Marquesan e Figueiredo (2018), Matarazzo e Sales (2021) e Júlio e Cabacine (2022).

Essa análise também destaca que instrumentos jurídicos, como TACs e licenciamento ambiental, podem ser utilizados tanto como mecanismos de controle quanto como ferramentas de captura institucional e manutenção da hegemonia extrativista, em consonância com os estudos de Acselrad (2004), Zhouri e Laschefski (2010) e Leite e Fantinel (2024). Por outro lado, ações de resistência institucional, performativa e cultural ilustram que a produção de

conhecimento, memória e pertencimento são práticas organizacionais que desafiam narrativas oficiais e reconfiguram possibilidades.

5 CONCLUSÕES

Nossa análise sugere que os conflitos socioambientais não podem ser reduzidos a problemas técnicos ou econômicos. A mineração transforma territórios, relações sociais e ecossistemas, instaurando processos de territorialização e desterritorialização que expõem a complexidade da ação organizacional e estatal. Percebemos também que resistências sociais, culturais, institucionais e acadêmicas reconfiguram essas dinâmicas, demonstrando que territórios são agentes ativos de justiça socioambiental.

Nosso estudo revelou a Serra do Curral como um campo de disputa em múltiplos níveis: material (impactos ambientais e riscos à saúde); simbólico (memória, identidade e direito ao território) e discursivo (choque entre narrativas de progresso e epistemologias contra-hegemônicas). Nossos resultados dialogam com autores como Leff (2001), Acsehrad (2004, 2010), Svampa (2012, 2019) e Zhouri e Laschefski (2010) que mostram como o poder, conhecimento e normas produzem desigualdades, mas também abrem possibilidades para transformação.

A síntese que apresentamos reforça que organizações, movimentos sociais, órgãos estatais e instituições culturais atuam na construção, contestação e redefinição de territórios e práticas sociais. Instrumentos jurídicos, como TACs e licenciamento, podem tanto servir ao controle quanto perpetuar hegemonias extrativistas. Por outro lado, identificamos que ações de resistência institucional e cultural revelam que memória, pertencimento e produção de conhecimento são também práticas organizacionais insurgentes.

Assumimos que nossa pesquisa se baseia principalmente em reportagens jornalísticas, o que pode limitar a compreensão da experiência cotidiana das comunidades e das dinâmicas internas das organizações envolvidas. Além disso, o foco na Serra do Curral restringe a generalização para outros contextos. Assim, reforçamos que nosso estudo não se encerra aqui, ele pode ser o ponto de partida para que nós ou outros pesquisadores possam ampliar a análise com observação participante, entrevistas e estudos comparativos com outros territórios minerários, bem como explorar redes de atores para compreender de forma mais profunda as articulações de poder, resistência e governança.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Acesso em: 13 set. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 2. ed. Harlow: Pearson Education, 2001.

FAIRCLOUGH, N. Discourse Analysis in Organization Studies: The Case for Critical Realism. **Organization Studies**, v. 26, n. 6, p. 915-939, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840605054610>. Acesso em: 13 set. 2025.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, J. et al. (org.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CLAES, 2009. p. 187-225.

JÚLIO, J. A.; CABACINE, E. Ontologias multiespécies e justiça ambiental: repensando a relação sociedade-natureza. In: **Encontro da ANPAD – ENANPAD**, 46., 2022, On-line. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/e23b16e83342d08d0d3ef4eed9d3299.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, C. M. S.; FANTINEL, L. D. Governança ambiental e resistência comunitária em territórios minerários. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. 1, e230243, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/PXcLyNck96gjZyBy9H3W7v/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2025.

MARQUESAN, F. F.; FIGUEIREDO, M. D. Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre a relação organização-natureza nos estudos organizacionais. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 25, n. 85, p. 264-286, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9250855>. Acesso em: 13 set. 2025.

MATARAZZO, C. R.; SALES, V. M. Antropoceno e Organizações: Reflexões sobre Governança Ambiental em Unidades de Conservação. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 32-51, 2021. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/antropoceno-e-organizacoes-reflexoes-sobre-governanca-19ljgc12yi.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

SALLES, D.; DELLAGNELO, E. A Análise crítica do discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 414-434, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/20409>. Acesso em: 13 set. 2025.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Cidade do México/México: CALAS, 2019.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista Osal**, v. 32, 2012. Disponível em: <https://maristellasvampa.net/archivos/ensayo59.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 1999.

ZHOURI, A. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da Ecologia Política. In: CASTRO, E. R. DE; CARMO, E. D. do (orgs.). **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém: NAEA/UFPA, 2019. p. 43-52. Disponível em: <https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-194-2.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. 2010. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.